



A LUTA POR DIREITOS E AVANÇOS NA POLÍTICA DE SAÚDE:

o cotidiano de travestis e transexuais¹

Luiza Carla Cassemiro²

RESUMO: Este trabalho tem o objetivo identificar as demandas de travestis e transexuais face à implementação da política pública de Saúde. O cotidiano dessa população é marcado por sentimentos e ações relacionados à opressão, exclusão, negligência e violência que influenciam na construção e na formação da própria identidade e no acesso às políticas públicas e serviços. Portanto, faz-se necessário uma interlocução entre a Política Nacional da Saúde com as demais políticas no intuito de eliminar a discriminação contra essa população e efetivar a garantia de direitos para que sejam reconhecidos independentemente da sua identidade de gênero, sendo este um compromisso ético-político.

Palavras-chave: Política de Saúde, Direitos, Travestis e Transexuais.

ABSTRACT: This study aims to identify the demands of transvestites and transsexuals face the implementation of public policy for Health. The everyday life of this population is marked by feelings and actions related to oppression, exclusion, neglect and violence that influence the construction and formation of their own identity and access to public policies and services. Therefore, it is necessary for a dialogue between the National Health Policy with the other policies in order to eliminate discrimination against this population and effectuate the guarantee of rights to be recognized regardless of their gender identity, which is an ethical-political.

Key words: Health Policy, rights, Transvestites and Transsexuals.

¹ Este trabalho é fruto da minha dissertação de mestrado intitulada: “Tenho direito de ser Amapô: as trajetórias de travestis e transexuais face à implementação das políticas públicas de Assistência Social e Saúde”, defendida em julho de 2010, na PUC-Rio.

² Mestre. Universidade Estácio de Sá. E-mail: luizacassemiro@hotmail.com



I – INTRODUÇÃO:

Todo mundo é capaz de dominar uma dor, exceto quem a sente.

[William Shakespeare](#)

Este texto traz aspectos referentes ao encontro com a temática LGBT, gênero e identidade de gênero, resultante da aproximação acadêmica de estudos e pesquisas de temas que envolvem esses temas. Aprofundando também reflexões sobre a política social de Saúde, seus desdobramentos, avanços e retrocessos no SUS – Sistema Único de Saúde e sua relação com o cotidiano das travestis e transexuais.

Tal interesse foi motivado pela minha inserção como assistente social no Centro de Referência de Promoção da Cidadania LGBT, no município do Rio de Janeiro (RJ), durante o período de um ano e também pela defesa da minha dissertação intitulada: “Tenho direito de ser Amapô: as trajetórias de travestis e transexuais face implementação das políticas públicas de Assistência Social e Saúde”, defendida em julho de 2010, na PUC-Rio.

II - DESENVOLVIMENTO

O movimento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) tem desempenhado um papel fundamental para garantir a visibilidade do segmento que representa. Nesse sentido, realizou nas últimas décadas uma crescente pressão para que o Estado garanta direitos iguais, através de mudanças de leis que os discriminam e que também estabeleça políticas públicas que criem condições para o exercício pleno de sua cidadania.

Além de todo o conjunto de legislações específicas relacionadas às questões de orientação sexual e identidade de gênero, o movimento LGBT tem lutado pela garantia da implementação de políticas públicas dirigidas à defesa dos direitos, ao exercício da cidadania e à proibição e punição das diferentes formas de discriminação/opressão por meio da homofobia (contra homossexuais), lesbofobia/transfobia.

A luta por direitos é uma construção histórica. Estes não são dados, mas sim conquistados por aqueles (as) que vivem situações de opressão, invisibilidade e violação.

2.1 - Travestis e transexuais: a política de Saúde para além do HIV/AIDS



O direito à saúde no Brasil está garantido na Constituição Federal de 1988, no cenário pós-ditadura militar no processo de redemocratização no país e é fruto da grande mobilização política da sociedade. Essa política se constitui como direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças de outros agravos e ao acesso universal.

O Ministério da Saúde - MS vem galgando alguns anos ações de atenção à população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), que vão além do enfrentamento da epidemia da AIDS.

Durante a década de 1980, o órgão federal apoiou projetos nas áreas da prevenção das DST/AIDS; disponibilizando assessoria jurídica e fortalecimento de redes; desenvolvendo campanhas de comunicação e ações para visibilidade da população LGBT, como estratégia de promoção da saúde e participação do movimento de defesa dos direitos. Esta estratégia fortaleceu a participação desse segmento na luta pela saúde.

Na década de 1990, as travestis e transexuais participaram: do desenvolvimento de ações específicas no Programa DST/AIDS; da execução de projetos de prevenção DST/AIDS para as travestis; da realização dos ENTLAIDS (Encontro Nacional de Travestis e Liberados que trabalham na prevenção das DST/AIDS) a partir de 1993; da inclusão formal de transexuais e suas demandas na agenda comum; bem como da articulação do Plano Nacional DST/AIDS, objetivando formação de rede de organizações não-governamentais e ações estratégicas para o atendimento de demandas específicas de travestis e transexuais quanto à prevenção e assistência das DST e AIDS.

A partir de 2000 para as pessoas transexuais ocorreram também o estabelecimento jurídico da Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros (ANTRA); a elaboração e implementação do Projeto TULIPA (Travestis Unidas na Luta Incansável pela Prevenção da AIDS); o lançamento da campanha *Travesti e Respeito* e a elaboração e implementação de Projetos de Redução de Danos para o uso de silicone injetável.

Em 2010, o Ministério de Saúde apresentou um Plano Nacional de Saúde para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Sua formulação foi sustentada pelas diretrizes do Programa Brasil Sem Homofobia, que foi coordenado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR) e que atualmente compõe o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH III).

Com a abertura da perspectiva de integrar a atenção à saúde desse segmento das travestis e transexuais há um reconhecimento público de que a orientação sexual e a identidade de gênero constituem situações específicas e complexas, na vulnerabilidade à saúde e não apenas



por questões de práticas sexuais e sociais, mas pelos agravamentos de processos discriminatórios e exclusão social, violando seus direitos entre os quais o direito à saúde, a outras políticas públicas, a liberdade e autonomia.

Muitos foram os avanços referentes a essas estratégias de trabalho. Um deles foi à realização do Seminário Nacional de Saúde da População LGBT na Construção do SUS em agosto de 2007.

Embora a epidemia da AIDS tenha provocado no sistema de saúde um foco nas travestis e transexuais, dando visibilidade a esse grupo, na atualidade os problemas de saúde destas pessoas já são vistos como bem mais complexos e suas demandas como mais numerosas.

Segundo Pelúcio (2007) as travestis enfrentam questões além da AIDS: uso de silicone e seus efeitos agravantes; câncer de próstata; violência e suas consequências físicas e psicológicas; depressão; uso sistemático de drogas e seus efeitos e o uso dos hormônios femininos, minimizando resultados indesejados.

Por exemplo, no caso das travestis, que são profissionais do sexo, não se trata apenas da sobrevivência financeira, mas também a possibilidade de pertencimento social, que é negado em outros espaços. Como explicita Benedetti (2000), é na rua que as travestis exercitam o feminino, a afetividade, as relações sociais, mas é também o espaço de consumo em geral, inclusive de drogas, silicone industrial, hormônios e outros medicamentos. A rua e a prostituição acarretam também maiores riscos de contrair DST/AIDS e mais violência, o que torna esse grupo ainda mais vulnerável.

Nos estudos de Peres (2008), o autor supõe que sintomas como depressão, crises de ansiedade e sensações de pânico parecem frequentes entre as travestis. Tudo isso é um alerta para a necessidade de mais estudos sobre a saúde do grupo, focando também na saúde mental.

Também é relacionado nos estudos de Peres outro aspecto importante que diz respeito às mortes de travestis devido à aplicação do silicone industrial, utilizado para promover as mudanças para a feminização do corpo. Mesmo não tendo estudos específicos sobre o assunto, a dimensão do problema justifica a necessidade de definir e praticar protocolos clínicos para os serviços do SUS.

Algumas travestis e transexuais confirmaram que o início do processo do uso de hormônios se deu de forma arriscada e sem prescrição médica durante ou no fim da



adolescência. A vantagem dessa hormonização é que ela torna dispensáveis várias cirurgias que são realizadas nos indivíduos que só fazem hormonização na fase adulta.

Apresentarei abaixo, as falas de algumas travestis cujas trajetórias de vida explicitaram uma cultura marcada por preconceito, violência, discriminação e a relação com a identidade de gênero.

[...] completei 18 anos, 19 né? Aí eu comecei a tomar hormônio, aí uma amiga minha indicou, eu comecei a tomar um comprimidinho, sabe esses comprimidinhos? Também é hormônio...

Sem ter ido ao médico. Só que tomava, me dava tonteira (Sellen)

Após os 19 anos eu comecei a tomar hormônio de forma errada, foi o modo injetável porque eu tinha vários colegas, vários amigos que tomavam e eles tinham um resultado muito rápido, então eu comecei a tomar os hormônios por conta própria, até pelas pessoas que eu conhecia, pelos resultados e depois de muito tempo tomando os hormônios de forma errada (Renata).

A falta de respeito ao nome social escolhido pelas pessoas travestis e transexuais se configura como uma violência que ocorre no cotidiano de suas vidas.

Neste sentido, Selen expressa o constrangimento de ser chamada pelo nome civil e nas instituições de saúde, além de receber um tratamento no masculino:

[...] “fui tirar sangue hoje de manhã (que o médico pediu) aí eu cheguei na recepção e falei: vocês chamam por número ou por nome? A mulher falou que era por número, aí eu achei legal porque tava cheio... 7 horas da manhã, chamar Joab e levanta uma menininha, acabou-se... Aí chamou o número 41. Entrei, aí ela falou: seu nome é diferente, né? [...] Ela falou não sei o quê comigo, como se eu fosse um homem, tipo assim: “ah você está cansado”? (Selen).

Destaca-se a inclusão da identidade de gênero na Carta dos Direitos dos Usuários do SUS, que vem do encontro ao processo histórico de reivindicação do movimento, com o direito ao uso do nome social nos cadastros do SUS. Outra importante conquista política dessa população é a sua atual representação no Conselho Nacional de Saúde. Mas, isso ainda não foi regulamentado na saúde privada.

Tendo em vista a complexidade da situação de saúde do grupo LGBT e, especialmente, diante das evidências de que a orientação sexual e a identidade de gênero implicam questões de ordem social e cultural na área da saúde, o Ministério da Saúde vem construindo uma política para o SUS. Neste âmbito vem evidenciando a maturidade deste debate, expressando um conjunto de demandas e propostas, como a inclusão e articulação das especificidades de orientação sexual e das identidades de gênero, ampliando-se no nível nacional voltada para a população LGBT.



Tais discussões pressupõem várias ações: implementação de práticas de educação permanente para os profissionais de saúde, incluindo a temática LGBT; definição de normas não discriminatórias sobre a doação de sangue, com preservação do controle de riscos; realização de pesquisas científicas, inovações tecnológicas e compartilhamento dos avanços terapêuticos relativos ao tema; respeito ao direito à intimidade e à individualidade dos grupos e indivíduos pertencentes às populações LGBT; necessidade de adotar o protocolo de atenção às pessoas em situação de violência; garantia dos direitos sexuais e reprodutivos extensiva a esses segmentos; implementação de campanhas e revisão dos currículos escolares; e mudanças nos formulários, prontuários e sistemas de informação do SUS.

Em Março de 2006, o Ministério da Saúde liberou uma portaria Nº 675/GM – 30/03/2006, Carta de Direitos dos Usuários do SUS.

Este documento garante, que: É de direito do cidadão atendimento acolhedor na rede de serviços de saúde de forma humanizada, livre de qualquer discriminação, restrição ou negação em função de idade, raça, cor, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, características genéticas, condições econômicas ou sociais, estado de saúde, ser portador de patologia ou pessoa vivendo com deficiência, garantindo-lhes: a identificação pelo nome e sobrenome, devendo existir em todo documento de identificação do usuário um campo para se registrar o nome pelo qual prefere ser chamado, independentemente do registro civil, não podendo ser tratado por número, nome da doença, códigos, de modo genérico desrespeitoso ou preconceituoso.

A expectativa é que as deliberações da 1ª Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais em 2010 deem conta da efetividade dos direitos. Todo esse esforço do movimento LGBT depende, em contrapartida, da inserção total dos movimentos LGBT na defesa do SUS. Assim, é indispensável à ampliação da participação desse segmento nos espaços participativos formais e alternativos já existentes e naqueles que, a partir de agora, poderão e deverão ser criados.

III – CONCLUSÃO



É recorrente, por parte desses órgãos públicos a omissão, conivente com posturas discriminatórias, e mesmo a expressa concordância com atentados à dignidade de LGBT, no lugar de se promover a harmonização do convívio com as diferenças.

Em relação à saúde para travestis e transexuais, também se apresentou um cenário de conflitos e tensões. Assim, recomendo aos gestores de saúde e profissionais que trabalham não somente com prevenção e tratamento do HIV/Aids, mas também com políticas de saúde, que contemplem as especificidades desse segmento.

As travestis e transexuais estão presentes nos hospitais, clínicas e atendimentos de saúde, por isso, políticas como o SUS devem incluir atendimento para elas nos hospitais universitários ou de base para acompanhamento da terapia hormonal que muitas demandam. Trata-se também de tecer recomendações para que clínicas e hospitais que fazem atendimento pelo SUS criem projetos para a colocação de próteses de silicone, promovendo, assim, a redução de danos pelo seu uso indevido e a capacitação e qualificação dos profissionais envolvidos.

O SUS deve resguardar, em suas diretrizes, a abertura para outras destinações possíveis para o processo que a travesti e a transexual necessitam que seja realizado na elaboração de sua condição. A atenção à transexualidade deve considerar, necessariamente, a rede relacional dos indivíduos, suas condições de inserção/exclusão social, bem como estratégias de vinculações que permitam ao transexual encontrar amparo simbólico no laço social.

Assumindo o compromisso na promoção da inclusão social de travestis e transexuais, devemos problematizar a lógica dos saberes e poderes que reconhecem e acolhem as pessoas travesti e transexual no universo cultural e simbólico, mas sob a pena da exclusão, da marginalização e da patologização de sua condição humana.

É necessário destacar que foram alcançados espaços institucionais mínimos de formalização da discussão sobre saúde da população LGBT no Rio de Janeiro, que precisam ainda ser fortalecidos. Porém, os desdobramentos das discussões sobre o processo transexualizador no SUS explicitam o modo como o esforço de conciliação entre o movimento social, por um lado, e os parceiros governamentais, por outro, é uma estratégia necessária para a efetivação de encaminhamentos na gestão das políticas públicas de saúde.

Portanto, os desafios na reestruturação de serviços, rotinas e procedimentos na rede do SUS serão relativamente fáceis de serem superados. Mais difícil, entretanto, será a superação do



preconceito e da discriminação que requer, de cada um e do coletivo, mudanças de valores baseadas no respeito às diferenças.

Entendo que reside uma enorme importância em discutir este tema na Universidade e no campo profissional. Acredito que, partindo na formação e na prática desses profissionais, há possibilidade de pensarem na dimensão subjetiva da identidade de gênero, rompendo com essa rotulação da sociedade hetero-normativa, que é imposta, para, a partir disto, passarmos a respeitar suas especificidades.

REFERÊNCIAS

ADELMAN, M. Travestis e transexuais e os Outros: Identidade e Experiências de Vida. In: **Gênero**. Niterói: Ed. UFF, v.4, n.1, 2003, p.65 -100.

ARÁN, M; MURTA, D.; LIONÇO, T. Transexualidade e Saúde Pública no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol.14, nº. 4. Rio de Janeiro. Jul/Ago. 2009. Disponível em <http://www.scielo.org/scielo> acessado em Maio de 2010.

BENEDETTI, M. **Toda Feita**: O corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

CASSEMIRO, L.C. "**Tenho direito de ser Amapô: as trajetórias de travestis e transexuais face à implementação das políticas públicas de Assistência Social e Saúde**". 2010. 135 f. Dissertação de Mestrado (Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2010.

_____, L. C. **Transcendendo o ideário de participação social**: uma análise do acesso dos homossexuais masculinos às políticas públicas. 2003. 148f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Universidade de Taubaté, Taubaté/SP, 2003.

LIANÇO, T.; GRANER B. S. A.. Movimento GLBT e transexualidade nas políticas públicas de saúde no Brasil: idiosincrasias e sincronismos. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 7 – Sexualidades, corporalidades e transgêneros: narrativas fora da ordem**. Florianópolis, 2006. 5 p.

PELÚCIO, L. **Nos nervos, na carne e na pele – uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de Aids**. São Carlos/SP: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos. (Tese de Doutorado). 2007.

_____. No salto: trilhas e percalços de uma etnografia entre travestis que se prostituem. In: BONETTI, Alinne & FLECHTER, Soraya (org). **Entre Saias Justas e Jogos de Cintura**: gênero e etnografia na antropologia brasileira recente (no prelo).

_____. Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre prostituição travesti. In: **Cadernos Pagu**. Campinas: PPGAS/Unicamp, nº 25, 2005 (pp. 217-248).

_____. Três casamentos e algumas reflexões: notas sobre conjugalidade envolvendo travestis que se prostituem. In: **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis: 2006 (no prelo).



PERES, W. S.. **Subjetividade das travestis brasileiras: da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania**. Rio de Janeiro: Programa de Pós- Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Estadual do Rio de Janeiro. (Dissertação de Doutorado) 2005.

_____. Travestis: corpo, cuidado de si e cidadania In **Fazendo Gênero 8 Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis, 25 a 28 de agosto de 2008.

_____. **Relações Sociais e de Gêneros entre Travestis de Londrina**: construindo identidades cidadãs. Comunicação. II Seminário Internacional. Educação intercultural, Gênero e Movimentos Sociais. Identidades, diferenças e mediações, 2003.

_____. Travestis brasileiras: construindo identidades cidadãs. In: GROSSI, Miriam Pillar *et alii*. **Movimentos Sociais, Educação e Sexualidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005 (pp. 53-68).

SILVA, Hélio R. S. **Travesti a Invenção do Feminino**, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, ISER, 1993.

SILVA, M. V. [Transcendendo o ideário do arco-íris: da invisibilidade à efetivação de direitos](#). 2009. 133 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

TOSTA, A. L Z; PELÚCIO, L. Experiências plurais em categorias singulares: Problematizando a materialização das travestilidades. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis, 2008. 6 p.

VANNUCHI, P. Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. In: **Texto-base da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais**, 2008, Brasília. Brasília: Governo Federal, 2008.